

2019

Rioprevidência

Gerência de Arrecadação Previdenciária e Atuária

Coordenadoria de Atuária

Relatório de Estatísticas



INATIVOS

Coordenadoria de Atuária

Fevereiro- 2019

12/3/2019



Sumário

Introdução	3
I – Evolução	4
II – Formas de Reajuste	11
III – Estatísticas de Civis e Militares	14
IV – Estatísticas dos Poderes	18

Introdução

Este relatório de aposentadoria propõe-se a apresentar uma análise estatística com base nos registros de servidores inativos do Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo principal é buscar fonte de informações para fins de auditoria de cadastro e financeiro, além de filtrar grupos para efetuar um censo sobre inativos.

A ideia é criar indicadores estatísticos sobre as informações de aposentadorias que servirão de parâmetro para planejamentos estratégicos futuros.

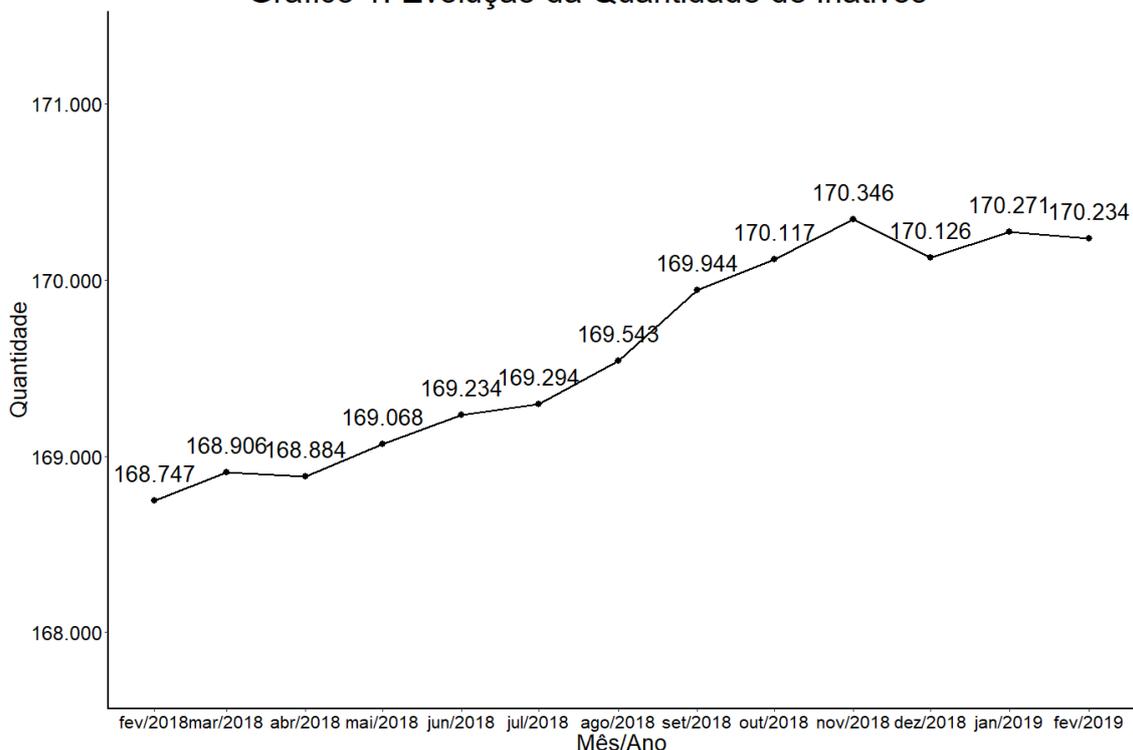
A base de dados analisada refere-se aos órgãos do Executivo do mês corrente e para os outros Poderes (ALERJ, TJ, MP e TCE) as informações são referentes à base de última avaliação atuarial (setembro/2018), já que ainda não recebemos a base mensal destes órgãos.

A PMERJ, PCERJ, SEA, SEOBRAS, SECEC, SETRAB e Casa Civil sofreram alterações em suas estruturas e possuem os seguintes nomes, respectivamente, SEPM, SEPOL, SEAS, SEINFRA, SEC, SEDEGER e SECCG.

I – Evolução

Realizou-se uma análise em relação à evolução da quantidade de inativos de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019, conforme gráfico abaixo. No mês de fevereiro de 2019 houve um total de 170.234 inativos. Ao se comparar com mês anterior, verifica-se que houve uma variação de -0.02%. Já ao se comparar com fevereiro de 2018, constata-se que a variação foi de 0.93%.

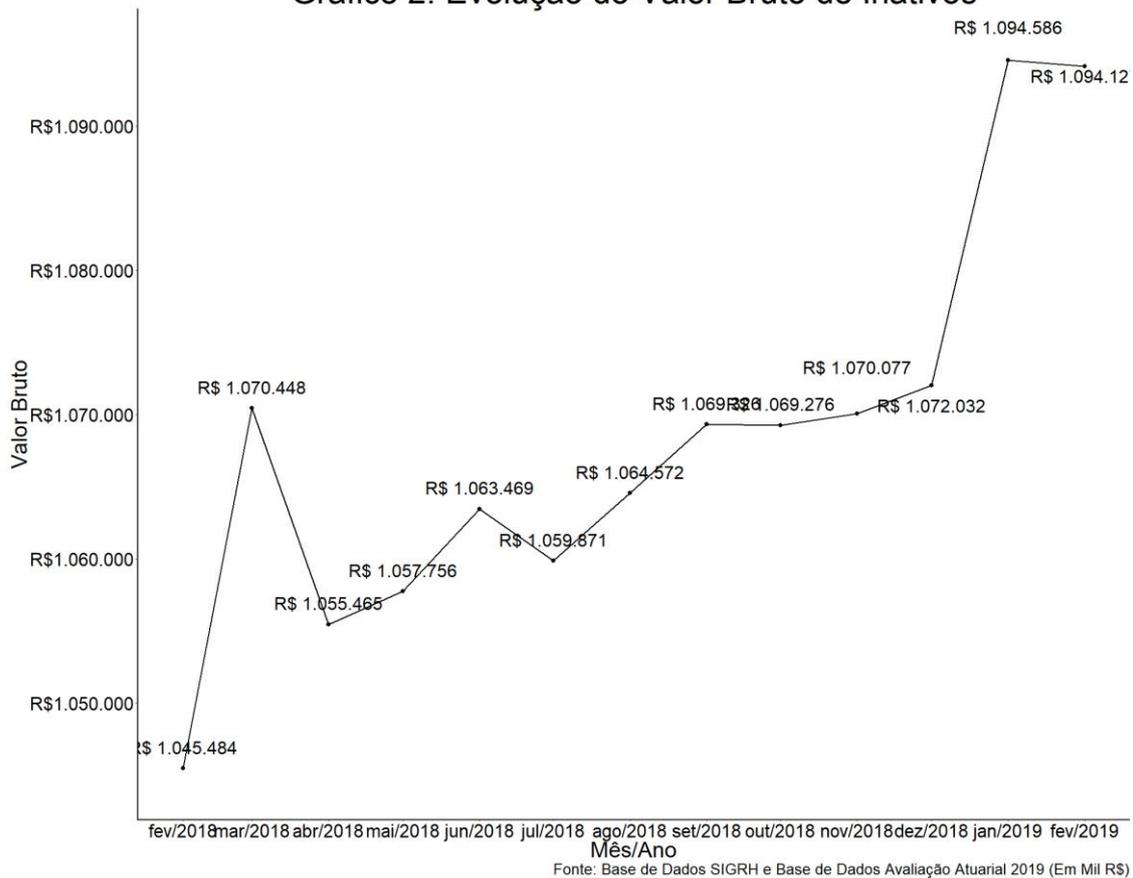
Gráfico 1: Evolução da Quantidade de Inativos



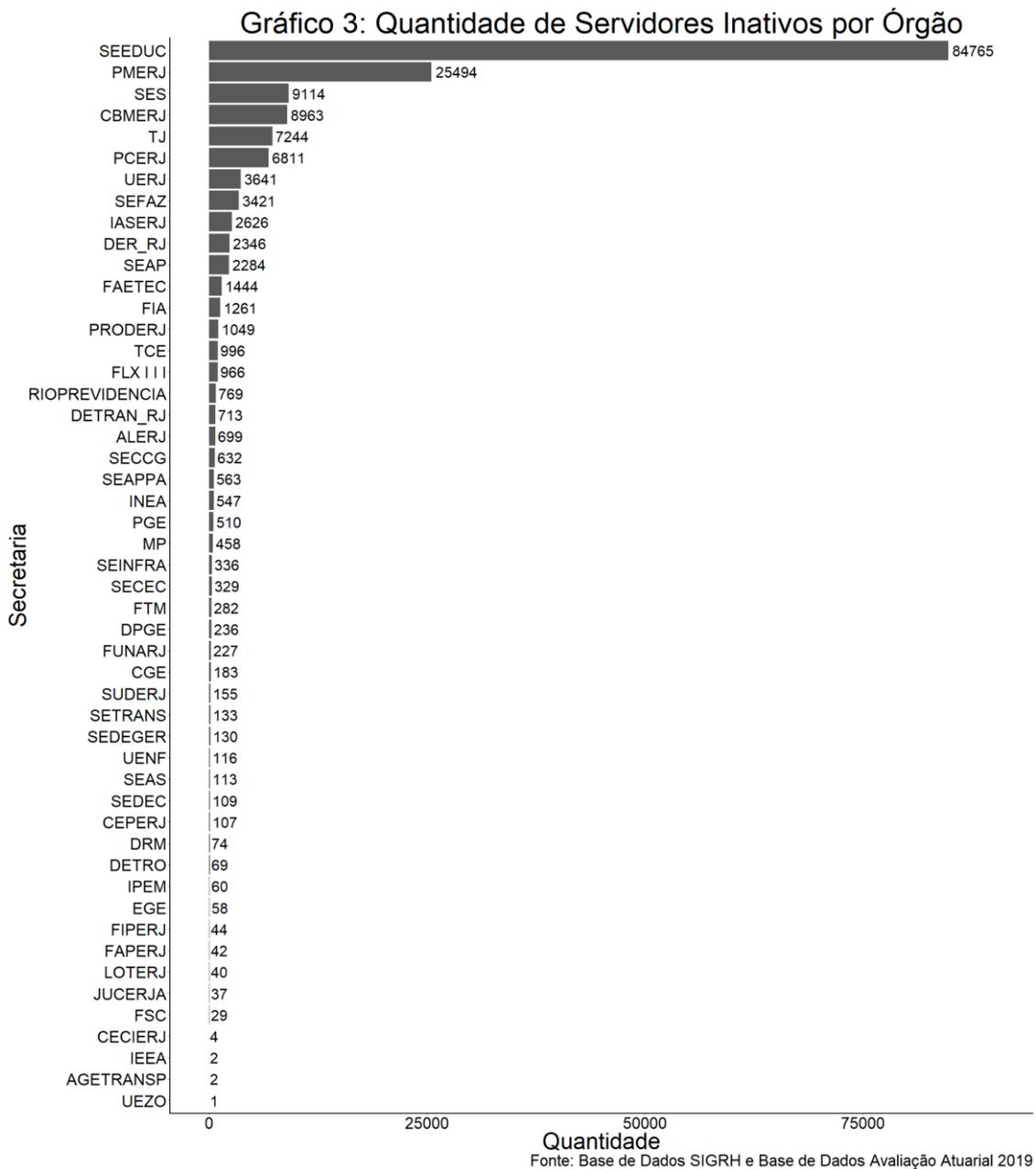
Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

Também pode ser observada a evolução da folha de inativos, conforme gráfico a seguir. Em fevereiro de 2019, o valor bruto (soma de todas as rubricas de ganho do servidor no mês de análise) foi de R\$ 1.094.126.721,67, representando uma variação de -0.04% em relação ao mês anterior. Em relação ao mesmo mês do ano passado, houve uma variação de 4.65%.

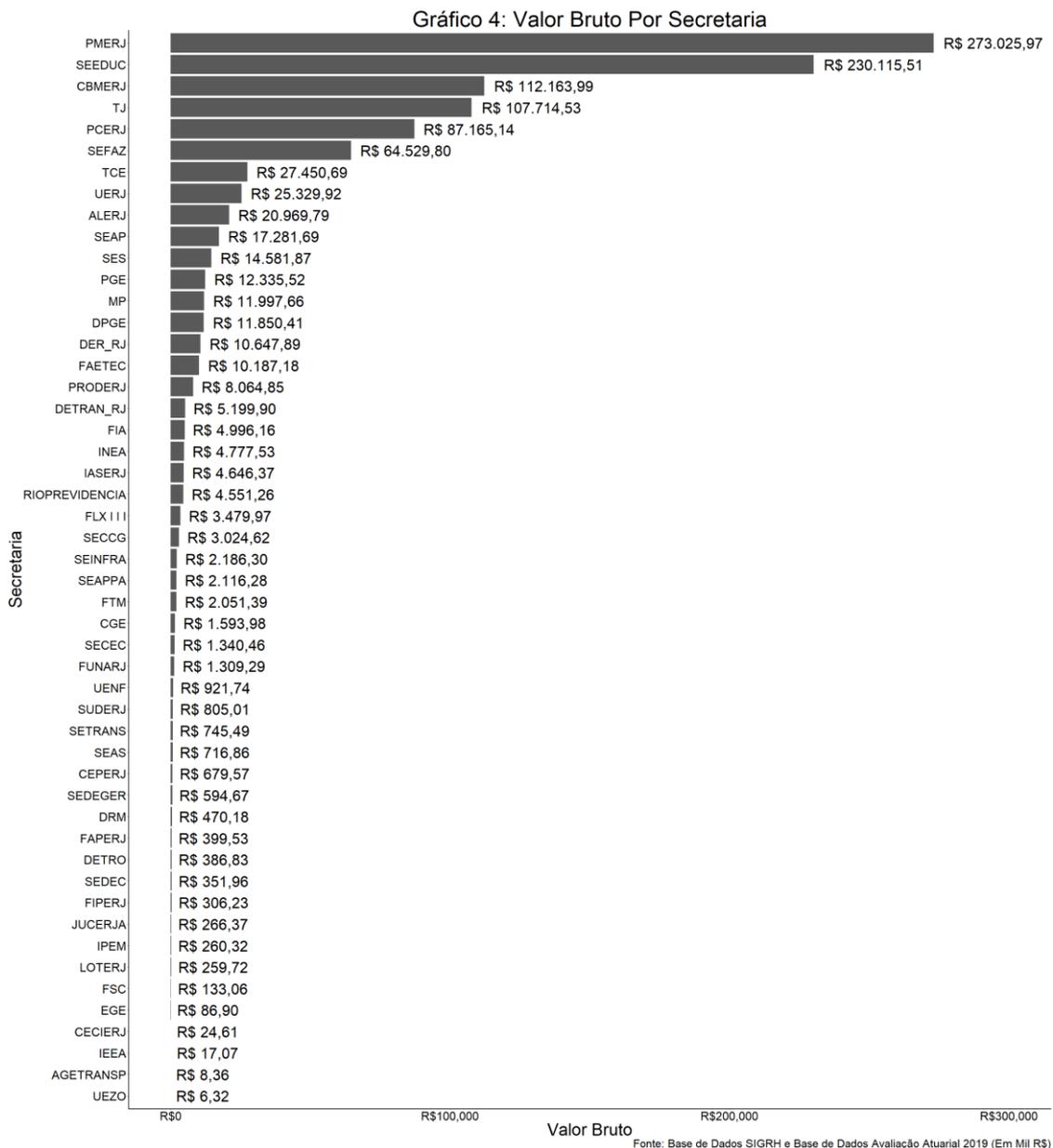
Gráfico 2: Evolução do Valor Bruto de Inativos



O gráfico a seguir apresenta a quantidade de servidores inativos por órgão. O órgão com maior representatividade é a SEEDUC com 84.765 servidores inativos, o que corresponde a 49.79% do total de inativos. Em seguida, está a PMERJ, com 25.494 inativos (14.98%) e a SES, com 5.35% (9.114 inativos).

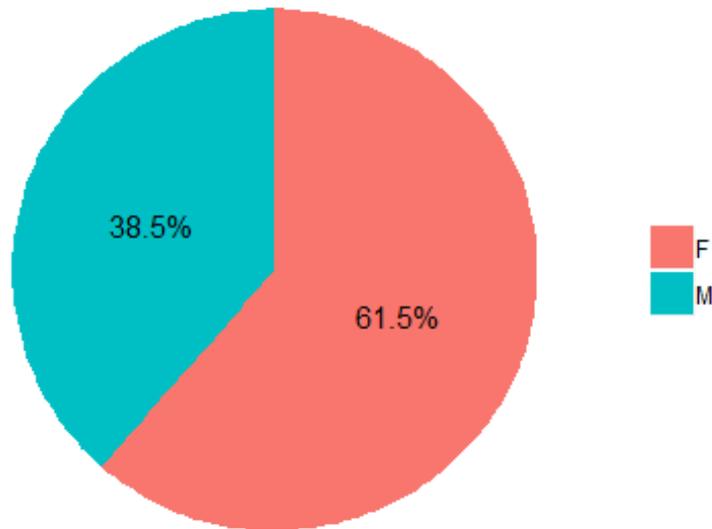


No gráfico a seguir, encontram-se os valores brutos de aposentadorias por órgão. O órgão que possui o maior valor bruto é a PMERJ somado de R\$ 273.025.965,85 (24.95%). Em seguida, está a SEEDUC, correspondendo a R\$ 230.115.506,09, o que representa 21.03% do valor bruto total.



A análise do sexo dos inativos também foi realizada. De acordo com o gráfico a seguir, pode-se verificar que há maior concentração de inativos do sexo Feminino, com 104.614. Já o sexo Masculino corresponde a 65.620.

Gráfico 5: Sexo dos Inativos

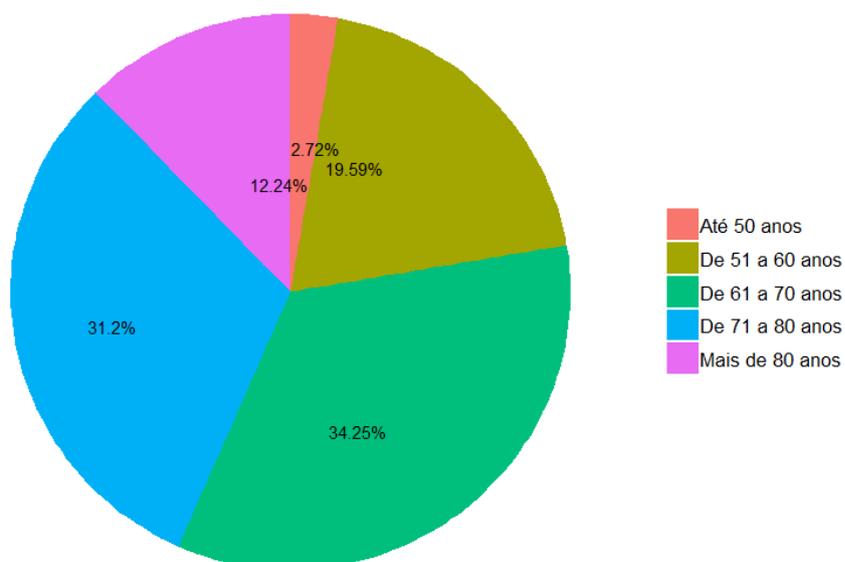


Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

A média do valor bruto (soma de todas as rubricas de ganho do servidor) de aposentadoria para os inativos do sexo feminino foi de R\$ 4.129,84. Já para os inativos do sexo masculino foi de R\$ 10.089,72.

Em relação à faixa etária, tem-se que a idade compreendida entre 61 a 70 anos é a mais representativa, correspondendo a 34.25%. Em seguida, está a faixa etária 71 a 80 anos, com 31.2% dos inativos e a 51 a 60 anos com 19.59%. A faixa com idade abaixo de 50 anos é a que possui menor quantidade de inativos, com 2.72%.

Gráfico 6: Faixa de Idade dos Inativos

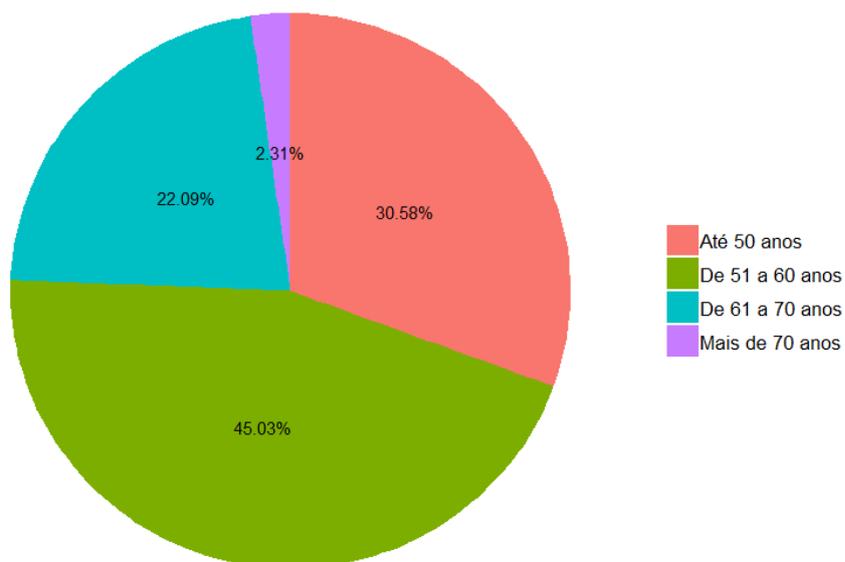


Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

A média de idade dos inativos é 67 anos para homens e 69 anos para as mulheres. E a média de tempo de contribuição dos homens é 26 anos e a idade média para as mulheres é de 25 anos.

Já a faixa de idade na data de aposentadoria é apresentada abaixo, no Gráfico 7. A idade compreendida entre 51 a 60 anos é a mais significativa, com 45.03% de servidores. Em seguida, estão os servidores que se aposentaram com idade até 50 anos, correspondendo a 30.58%.

Gráfico 7: Faixa de Idade na Aposentadoria



Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

Foi realizada a análise de servidores inativos do Estado do Rio de Janeiro por Unidades Federativas (UF) de residência. A tabela a seguir mostra o resultado da quantidade e valor bruto (soma de todas as rubricas de ganho do servidor no mês de análise):

Tabela 1: Inativos por Unidades Federativas

UF	QTD	VALOR BRUTO
AC	2	R\$ 4.330,81
AL	40	R\$ 249.264,80
AM	13	R\$ 63.004,66
AP	4	R\$ 18.988,44
BA	132	R\$ 770.879,31
CE	84	R\$ 524.525,36
DF	147	R\$ 830.558,93
ES	616	R\$ 3.107.768,46
EXTERIOR	2	R\$ 12.207,81
GO	45	R\$ 326.367,70
MA	33	R\$ 198.012,50
MG	1.189	R\$ 6.166.072,16
MS	23	R\$ 219.768,23
MT	7	R\$ 50.660,45
PA	15	R\$ 47.756,17
PB	69	R\$ 398.627,95
PE	46	R\$ 291.027,85
PI	18	R\$ 164.488,17
PR	122	R\$ 724.762,27
RJ	157.365	R\$ 906.229.499,36
RN	80	R\$ 580.688,41
RO	8	R\$ 82.541,83
RR	2	R\$ 3.283,22
RS	57	R\$ 381.257,85
SC	115	R\$ 740.278,73
SE	59	R\$ 333.288,32
SP	455	R\$ 2.826.200,69
TO	5	R\$ 23.904,45
VAZIO OU INCONSISTENTE	84	R\$ 624.031,29

O Estado que possui a maior quantidade de inativos é o Estado do RJ, com 157.365, correspondendo a um valor bruto (soma de todas as parcelas de ganho do servidor) de R\$ 906.229.499,36.

II – Formas de Reajuste

Anteriormente à Emenda Constitucional nº41 de 2003 (EC 41/03) havia paridade entre servidores ativos e inativos. De acordo com a redação original do art. 40, § 8, CF, incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998:

“Art. 40, § 8º - Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)”

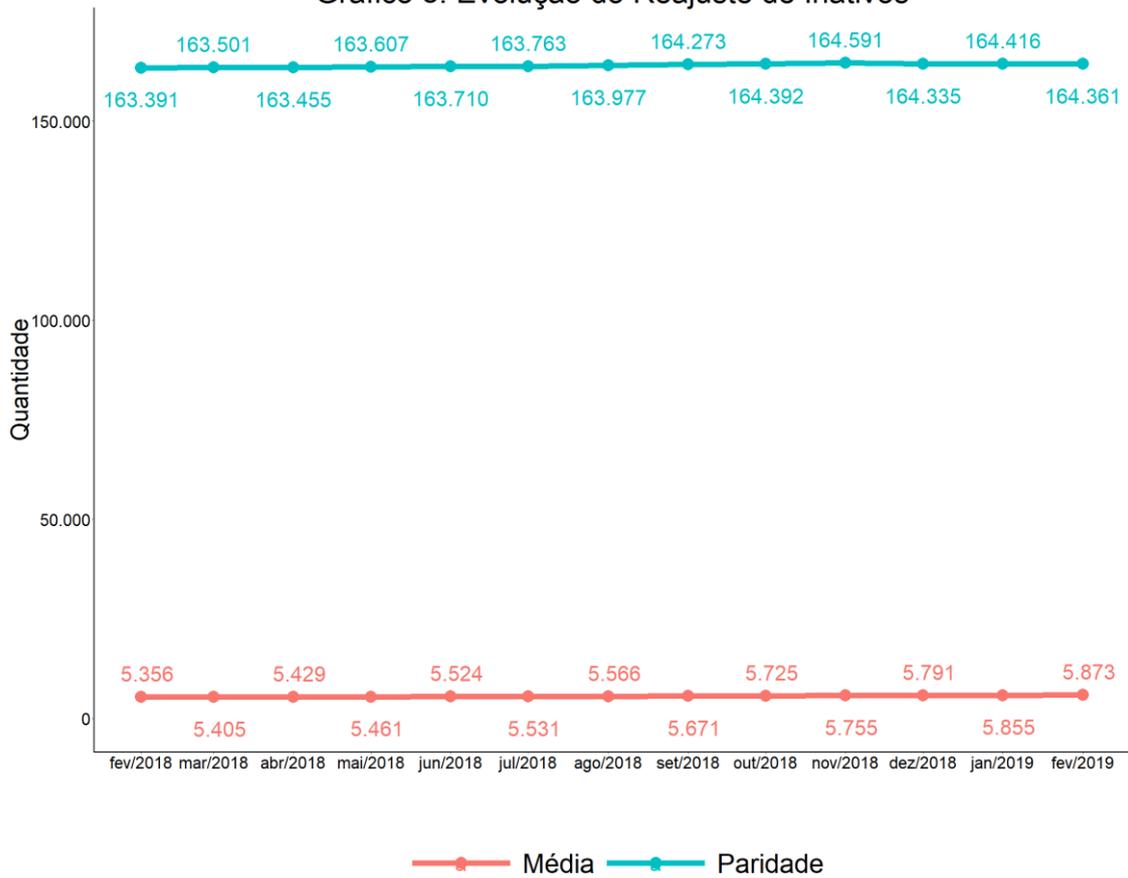
Desse modo, conforme Lei nº 6.244/2012, os proventos de aposentadoria passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC):

“Art. 1º: Os proventos de aposentadoria e as pensões previdenciárias aos quais seja aplicável o disposto no § 8º, do art. 40, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, sem a garantia da paridade, deverão ser reajustados anualmente, na data-base de 01 de janeiro, pelo Índice Nacional e Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE”.

Diante do exposto, foram identificados os servidores inativos que recebem pela paridade e média no período de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019.

Conforme gráfico a seguir, no mês de fevereiro de 2019, 164.361 inativos foram pagos com base na paridade e 5.873, com base na média. A quantidade referente à paridade houve uma variação de -0.03% em relação ao mês anterior e nas aposentadorias com base na média a variação foi de 0.31%. Já em relação ao mês de fevereiro de 2018, ocorreu uma variação de 0.59% nos benefícios pagos pela paridade e nos pagos pela média 9.65%.

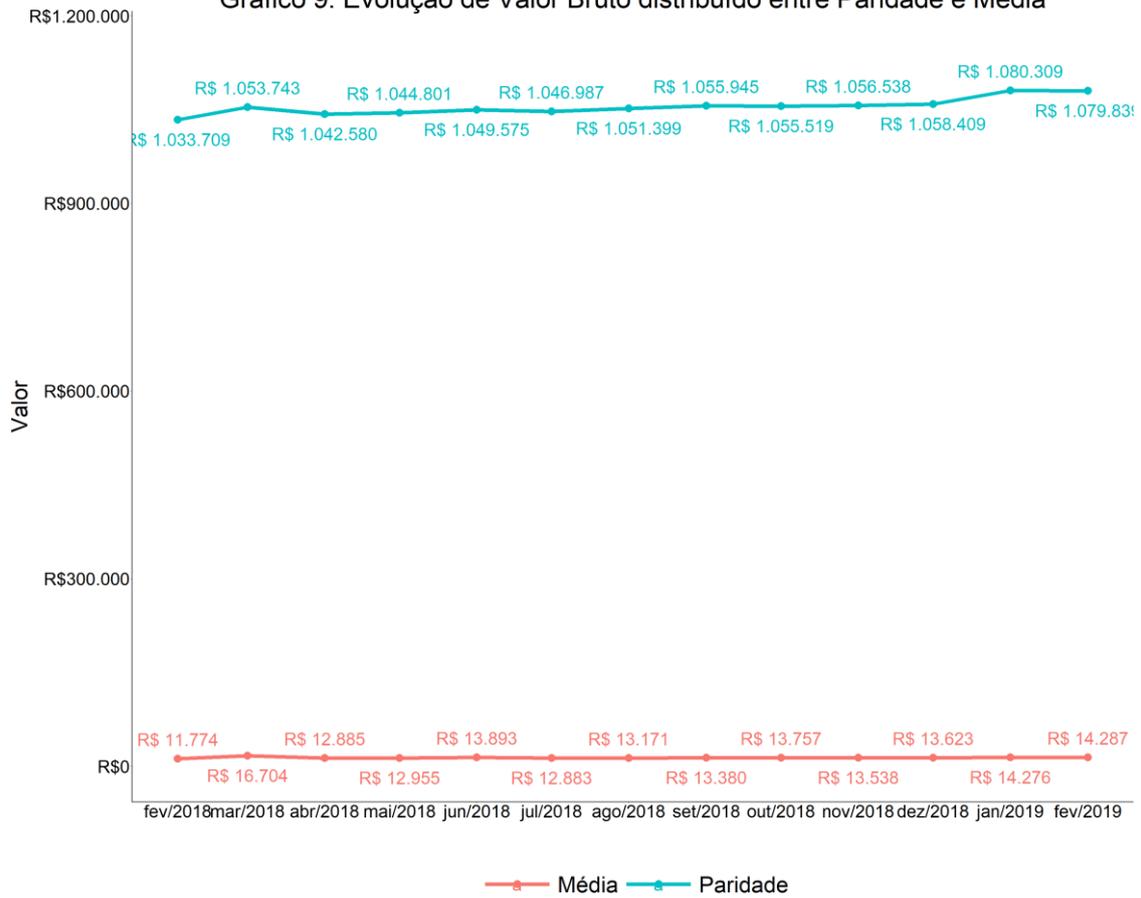
Gráfico 8: Evolução do Reajuste de Inativos



Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

Já em termos monetários, em fevereiro de 2019, o valor bruto (soma de todas as rubricas de ganho) ficou distribuído em R\$ 1.079.839.395,03 com base na paridade e R\$ 14.287.326,64 com base na média, apresentando uma variação de -0.04% em relação ao mês anterior com base na paridade e 0.07% com base na média . Comparando-se com fevereiro de 2018, a variação foi de 4.46% em relação à paridade e 21.34% em relação à media.

Gráfico 9: Evolução de Valor Bruto distribuído entre Paridade e Média

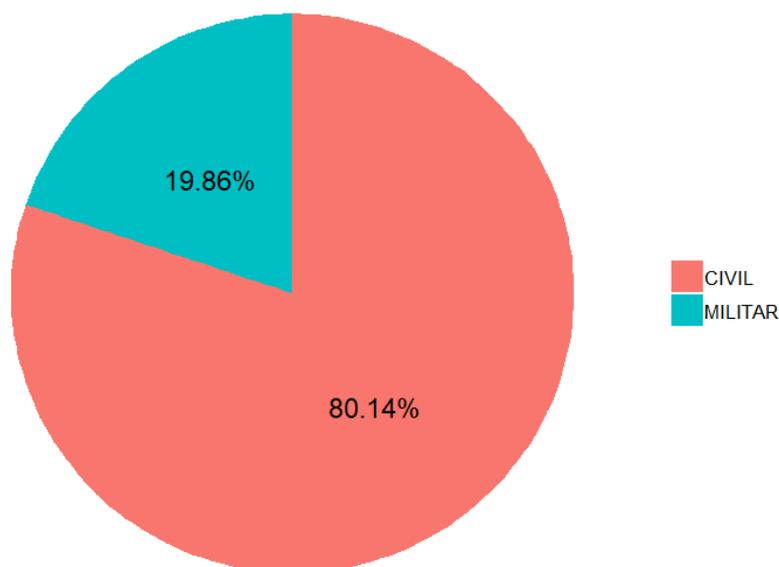


Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019 (Em Milhares de R\$)

III – Estatísticas de Civis e Militares

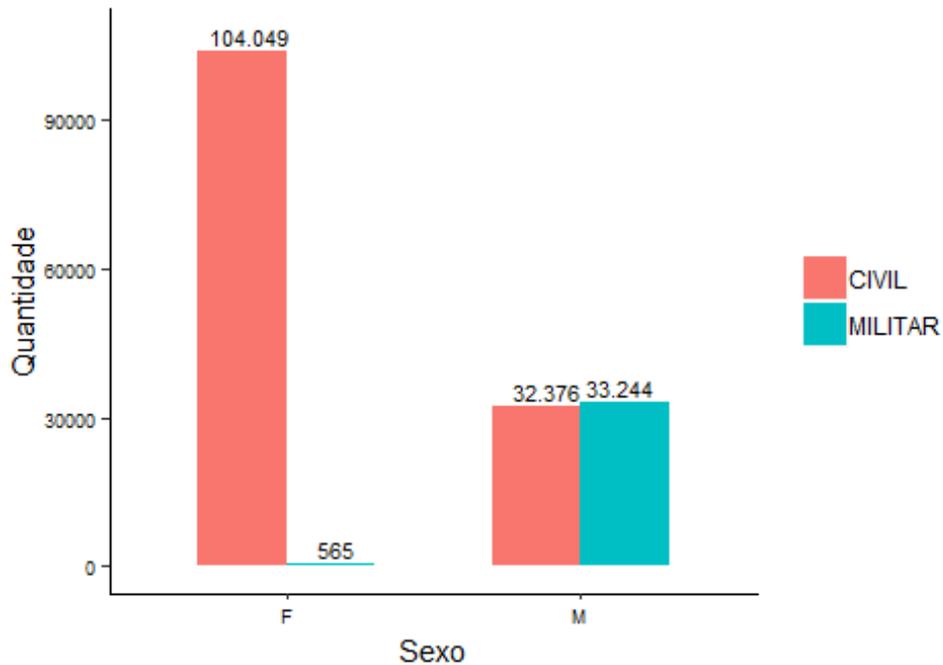
Realizou-se uma análise comparativa em relação aos inativos civis e aos inativos militares. A quantidade total de inativos Civil no mês de fevereiro foi de 136.425 e Militar foi 33.809. De acordo com o gráfico a seguir, os inativos Civil representam 80.14% e o Militar correspondem a 19.86% do total.

Gráfico 10: Quantidade percentual de inativos civil e militar



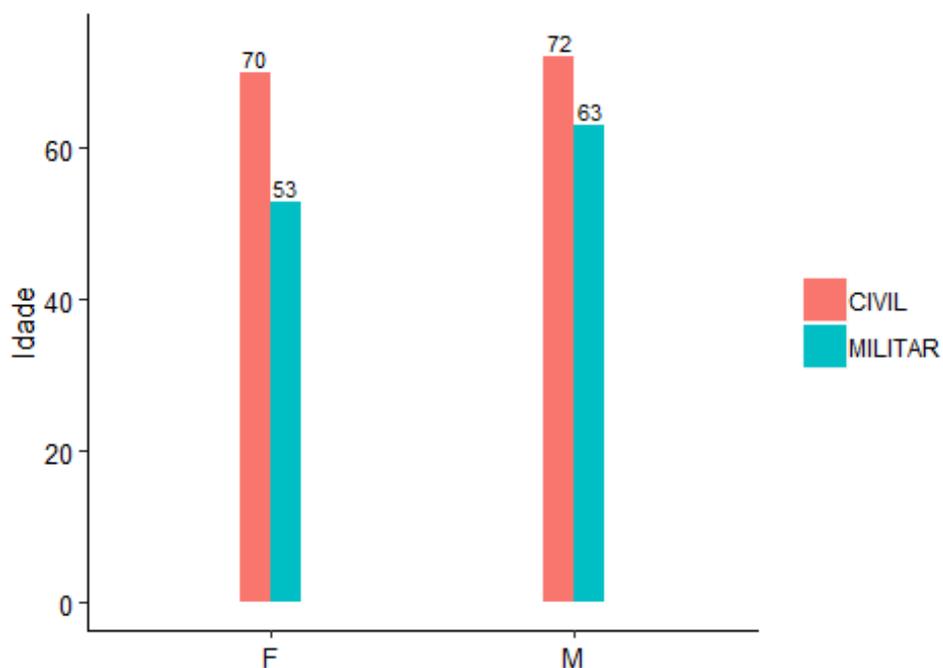
Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

Em relação aos Civis, 104.049 inativos são do sexo feminino e 32.376 do sexo masculino. Em relação aos Militares, os inativos do sexo feminino são 565 e 33.244 do sexo masculino.

Gráfico 11: Quantidade de Inativos Civil e Militar

Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

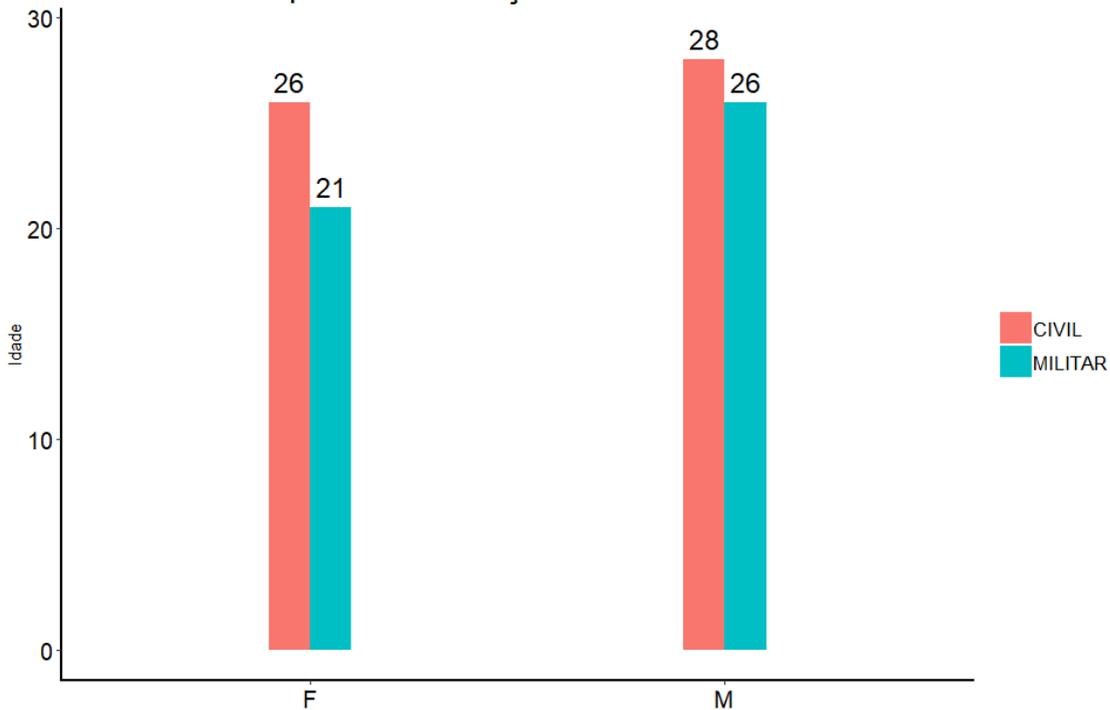
Como pode ser observado no gráfico abaixo, também se verificou a média de idade dos inativos civis e militares. A média para o civil do sexo feminino foi de 70 anos e para o sexo masculino foi de 72 anos. O militar do sexo feminino teve como média de idade 53 anos, já o do sexo masculino teve 63 anos.

Gráfico 12: Média de Idade dos Inativos Civil e Militar

Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

O gráfico 13 expõe o tempo médio de contribuição para os inativos civis e militares. O civil do sexo feminino foi de 26 anos e do sexo masculino foi de 28 anos. O militar do sexo feminino teve como média de contribuição 21 anos, já os do sexo masculino tiveram como média 26 anos.

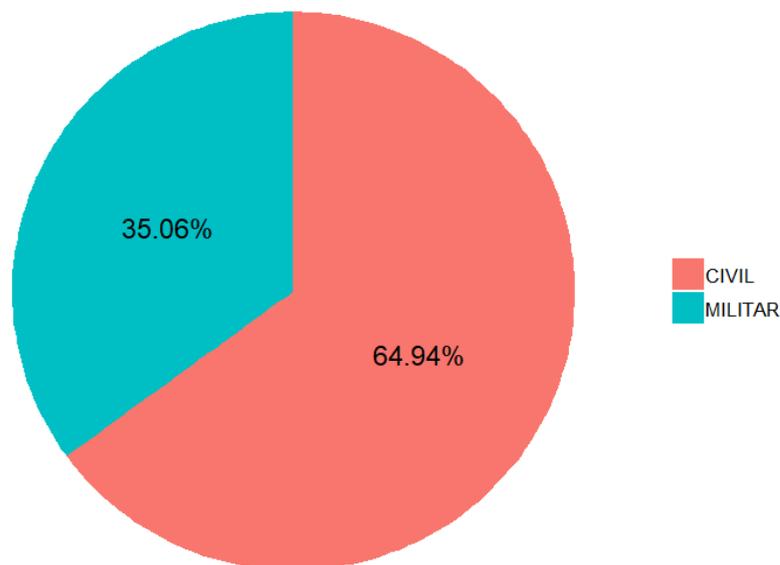
Gráfico 13: Tempo de Contribuição Médio dos Inativos Civil e Militar



Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

Já em termos monetários, o Civil recebeu de valor bruto (soma de todas as rubricas de ganho) em fevereiro de 2019 o total de R\$ 710.482.642,24 e o Militar R\$ 383.644.079,43.

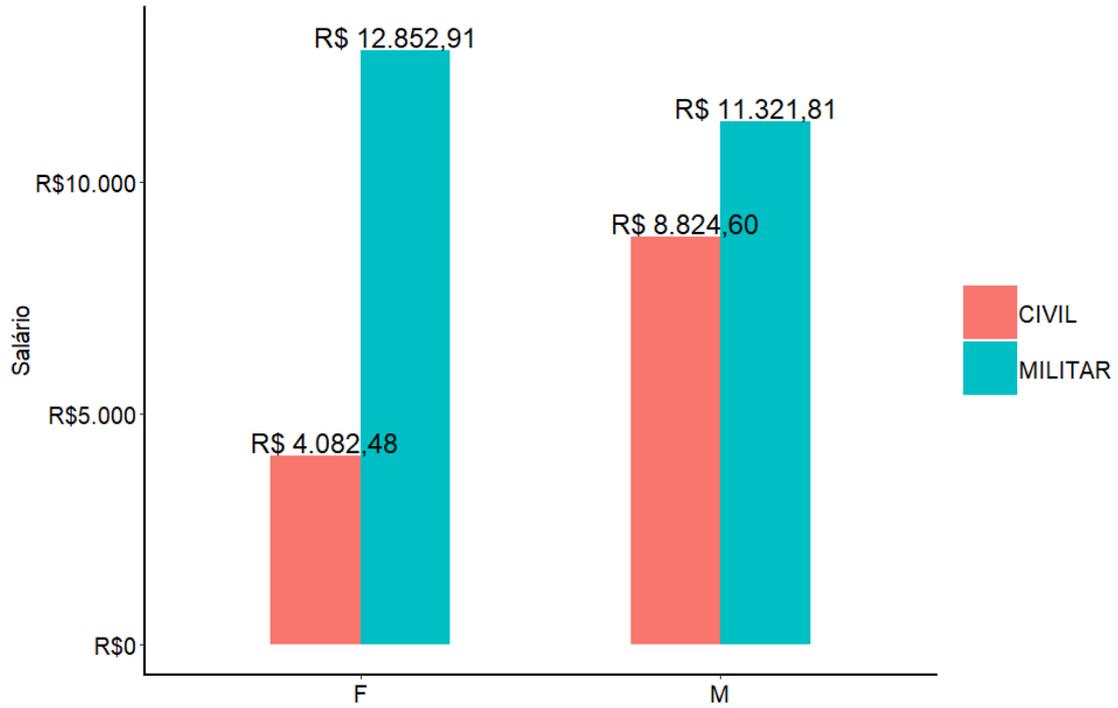
Gráfico 14: Valor Bruto Percentual de Inativo Civil e Militar



Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

Por fim, a média também foi feita em termos de valor bruto. De acordo com o gráfico abaixo, a média de valor bruto do inativo civil do sexo feminino foi de R\$ 4.082,48 e masculino foi de R\$ 8.824,60. Já o militar do sexo masculino recebeu um valor bruto médio de R\$ 12.852,91 e os do sexo feminino, R\$ 11.321,81.

Gráfico 15: Benefício Médio dos Inativos Civil e Militar

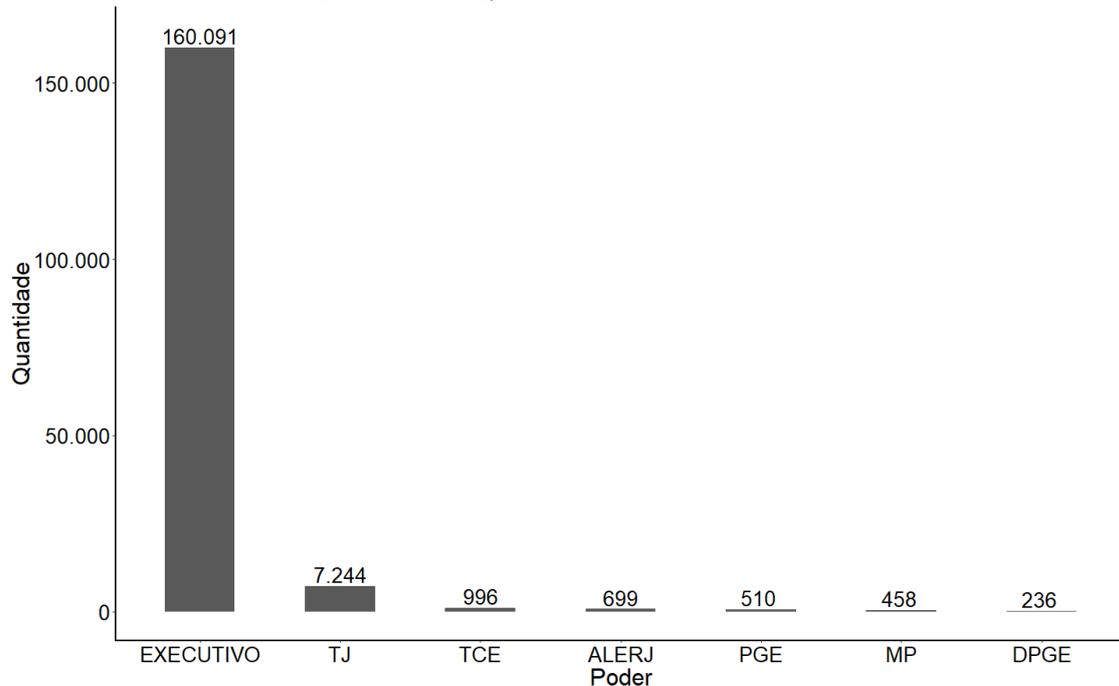


Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

IV - Estatísticas Por Poder

Neste capítulo é feita a comparação entre os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e também com o Ministério Público, Tribunal de Contas, a DPGE e a PGE. No gráfico 16 é feita a análise do quantitativo de inativo entre os poderes. O poder Executivo é que possui a maior quantidade de inativos com 160.091, representando 94.04% do total. Em seguida vem o TJ com 7.244 (4.26%).

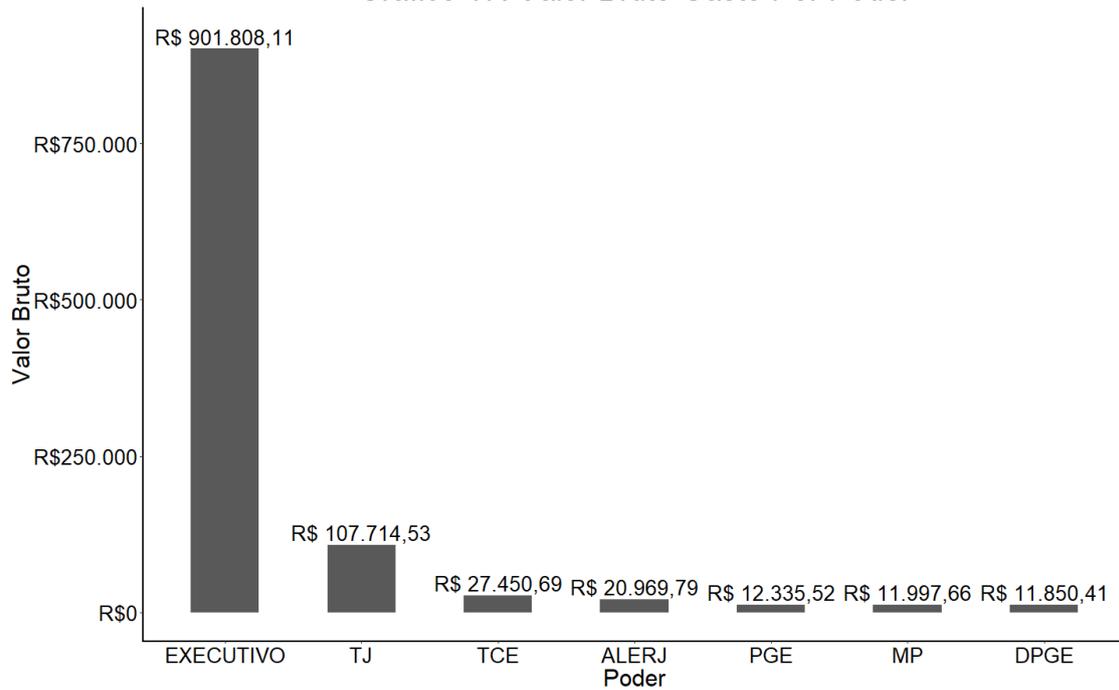
Gráfico 16: Quantidade de Inativos Por Poder



Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2019

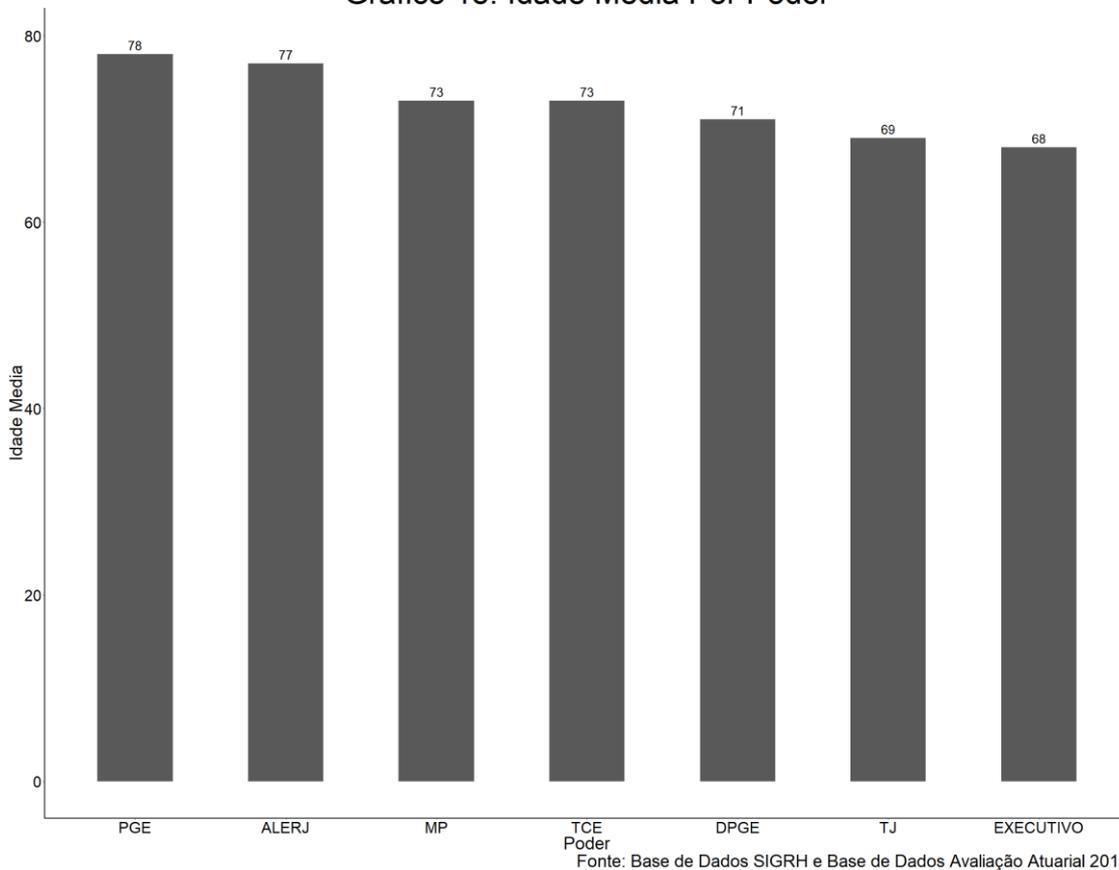
A análise seguinte, gráfico 17, é com relação ao valor bruto de cada poder. O que teve maior gasto foi o Executivo é que com R\$901.808.111, que representa 82.42%. Em seguida vem o TJ com R\$107.714.533 (9.84%). O valor apresentado para a DPGE e para o Executivo são os valores brutos, sem que houvesse qualquer desconto, inclusive o “abate teto”, que enquadra o salários e proventos dos servidores públicos ao teto salarial previsto na CF 88, art. 37, XI.

Gráfico 17: Valor Bruto Gasto Por Poder



O gráfico 18 mostra a idade média dos inativos por poder. O PGE é o que possui a maior idade média, com 78. Já a EXECUTIVO possui a menor idade média entre os inativos, 68.

Gráfico 18: Idade Média Por Poder



O gráfico 19 traz a comparação entre o valor bruto médio de cada um dos poderes. O que possui o menor valor bruto médio é Executivo com R\$ 5.633,10. O poder com o maior

é o DPGE com R\$ 50.213,62. Como já dito anteriormente, tanto a DPGE , quanto o poder Executivo não tiveram a aplicação do teto constitucional antes da análise.

Gráfico 19: Valor Bruto Médio Por Poder

